

ALVARO DE VASCONCELOS

A MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, A ESPANHA E A NATO

A adesão da Espanha à NATO foi o catalizador de um importante debate estratégico em Portugal, que não se esgota de forma alguma nas implicações que dessa entrada poderiam advir para o nosso país. Afastado desde o início de uma actividade significativa no seio da NATO, Portugal repensa agora qual deve ser o seu papel na Aliança. E fá-lo também nesta altura porque, com a revisão da Constituição e a aprovação da lei de defesa nacional, chegará ao seu termo um período de intervenção dos militares na vida política, em que as missões de defesa do território nacional e de participação na NATO, o contributo de Portugal para a paz e a segurança no mundo, estiveram fora das preocupações centrais dos sucessivos governos.

O nosso relacionamento com a vizinha Espanha no seio da Aliança Atlântica, as missões das Forças Armadas portuguesas e a imperiosa necessidade da sua modernização no contexto das relações interaliadas estão no centro das atenções e no centro do debate.

1. Consenso democrático e opinião pública favoráveis ao esforço de defesa, numa Europa com problemas

A opção favorável à NATO por parte de Portugal não é hoje, como alguns pretendem, um fatalismo, devido à sua posição geoestratégica, é antes a afirmação clara de uma opção da nação portuguesa.

De 1949 a 1975, não havia índices seguros que garantissem se a presença portuguesa na NATO resultava da nossa situação geográfica e de uma imposição da ditadura ou, pelo contrário, de uma opção assumida pelo povo português. No entanto, logo nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, e nas primeiras eleições para a Assembleia da República, em 1976, ficou claramente definido o sentido da vontade do povo português. Nestas últimas, os partidos favoráveis à NATO (PS, PSD, CDS) e opostos à estratégia da União

Soviética obtiveram 75,25 por cento dos votos. O PCP apenas obteve 14,35 por cento. Estes números não se alteraram substancialmente nas eleições seguintes.

Pode argumentar-se que a votação nos partidos democráticos não correspondeu a um apoio expresso à participação portuguesa na NATO. No entanto, segundo uma sondagem de opinião que o IEEI promoveu em 1981, apenas 12 por cento dos portugueses não concordam com a presença de Portugal na NATO, contra 56,9 por cento que estão de acordo¹. Como resultado da experiência vivida em 1974 e em 1975 em Portugal e em Angola, a maioria dos portugueses tem uma correcta percepção da estratégia soviética e compreende a necessidade de lhe fazer frente. É particularmente importante o facto de os dirigentes do PSD, PS e CDS darem um apoio inequívoco à presença de Portugal na NATO e não terem de enfrentar neste domínio problemas de maior no interior dos próprios partidos, o que distingue a situação portuguesa da de outros países europeus, como a Alemanha ou a Inglaterra, para não falar já da Holanda. Este importante consenso nacional em matéria de defesa e segurança nasceu das alianças interpartidárias dos anos de 1974 e 1975 e deixou isolado o Partido Comunista.

O movimento pacifista, que nalguns países é um obstáculo de peso à aplicação das decisões tomadas para a defesa da Europa, não tem praticamente expressão em Portugal. Não existe movimento espontâneo com profundidade ou significado, e o pacifismo organizado é no essencial uma criação do PCP e, dado o isolamento deste partido, é constituído quase em exclusivo por membros seus e por alguns, pouquíssimos, *compagnons de route* do Conselho Mundial para a Paz. Não conseguem constituir sequer um grupo de pressão, devido à quase nula aceitação entre os apoiantes da Aliança Democrática, e muito reduzida junto dos socialistas.

No que diz respeito à instalação de mísseis nucleares em Portugal, e segundo a mesma sondagem, opõem-se 33 por cento dos portugueses, concordando 47 por cento caso tal seja necessário para a defesa de Portugal e da NATO. Isto apesar de a única campanha em curso ser de oposição à sua instalação, que aliás não está prevista. A atitude manifestada poderia porém evoluir no sentido negativo se viesse a ser de facto necessário estacionar armas nucleares em Portugal. Ou, num sentido positivo, se houver uma campanha de esclarecimento em relação à política de dissuasão nuclear. Uma das conclusões mais evidentes a extrair das sondagens de opinião realizadas é que, «apesar de ainda não esclarecidos sobre questões

¹ Sondagem de opinião encomendada pelo IEEI à Teor sobre Portugal e a NATO, realizada em Maio de 1981.

fundamentais da defesa nacional, os portugueses reconhecem a sua necessidade e que a presença na NATO é a via para a garantir»².

No plano da condução da vida política portuguesa, continua a existir o chamado conflito institucional entre o Presidente da República e o governo da Aliança Democrática, e um contencioso entre o Presidente da República e o Partido Socialista, que manifestam tendência para agudizar-se. Mas tudo indica que a sua resolução não virá contrariar a opção europeia e ocidental de Portugal.

Portugal resolveu correctamente até ao momento um problema potencialmente grave: o do separatismo nas ilhas portuguesas. O processo de autonomia regional tirou qualquer expressão ao movimento independentista, embora não tenha desaparecido o risco de este poder ser reactivado, quer por ausência de uma correcta política de desenvolvimento, quer como consequência da evolução do conflito que no Norte de África opõe o Reino de Marrocos à Frente Polisário.

O terrorismo não atinge em Portugal as proporções de outros países, mas não pode desprezar-se como perigo potencial. Existem brigadas terroristas organizadas sob o nome de «Forças Populares 25 de Abril», e não foram ainda recuperadas muitas das armas de guerra roubadas no período de 1974-75. Nem existe, por outro lado, um serviço de informações que permita combater com eficácia essa ameaça.

Embora representando uma pequena percentagem do sufrágio popular, o Partido Comunista tem em certos sectores uma influência desmesurada em relação à sua força eleitoral. Continua a controlar uma parte importante do Alentejo, domina as unidades colectivas de produção, detém uma grande influência nos sindicatos, através do total controle que exerce sobre a principal central sindical, e conserva grande número de posições no aparelho de Estado. Em caso de crises internacionais ou regionais, estas posições não seriam certamente negligenciadas por parte da União Soviética. Devido às dificuldades económicas que atravessa, aos problemas sociais e culturais e às assimetrias regionais, a superação de alguns dos factores de instabilidade referidos está em larga medida ligada ao desenvolvimento económico, social e cultural do país.

2. Posição estratégica importante e necessidade de modernizar as Forças Armadas

Tem sido correctamente valorizada a importância estratégica de Portugal no que diz respeito ao valor dos seus aeroportos no continente e, sobretudo, nas ilhas, que são um ponto de escala vital

² Nuno Torres, análise da sondagem do IEEI sobre a posição dos portugueses em relação à NATO, 1981.

em operações de reforço da Europa a partir dos EUA e são também um ponto de escala para a projecção do poder norte-americano em direcção ao Norte de África, ao Médio Oriente e ao Sudoeste Asiático. Portugal tem assumido esse papel como parte integrante do seu contributo para a Aliança e para a defesa dos interesses da NATO, que são os seus, quando se colocam ameaças em áreas exteriores ao âmbito do Tratado.

A União Soviética tudo fará para conseguir as vantagens de uma vitória sem os prejuízos da guerra. Nesse sentido, ao mesmo tempo que aumenta a sua pressão e chantagem nuclear sobre a Europa, acciona uma estratégia indirecta que lhe permite ir envolvendo este continente, e lhe poderá permitir ganhar a guerra sem a fazer. Contrariar essa estratégia é pois uma necessidade de todos os países democráticos. As contradições surgidas no seio dos aliados na oposição a essa estratégia têm constituído um factor de tensões transatlânticas que a União Soviética não se coíbe de explorar.

O neutralismo pode manifestar-se por exemplo através da recusa da modernização das armas nucleares de teatro. Mas não deixa também de emergir na recusa de alguns governos em participar no combate à estratégia indirecta da União Soviética, como se esta não fizesse parte da sua estratégia global.

Como qualquer Estado soberano, Portugal necessita simultaneamente de participar no esforço conjunto da Aliança — com a cedência de facilidades — e de contribuir com sistemas de forças para a defesa da integridade do seu próprio território e para a própria NATO: no entanto, tem-se notado uma clara desproporção entre facilidades e meios.

No quadro do território nacional e do triângulo estratégico português, há missões que podem e devem ser asseguradas fundamentalmente pelas Forças Armadas portuguesas, com apoio dos aliados, e outras que devem ser asseguradas conjuntamente por Portugal e seus aliados, mas com a participação portuguesa. Exemplos das primeiras podem ser as missões do Exército na defesa do território (continente, Madeira e Açores), a defesa aérea, a capacidade para desminagem dos portos e o patrulhamento da ZEE. Exemplo das segundas deveria ser a **nossa participação** na protecção das linhas de comunicação marítimas dentro do triângulo estratégico português. Dada a dimensão do tráfego que o atravessa e a natureza da ameaça submarina (o exemplo da Segunda Guerra e os actuais desenvolvimentos da doutrina naval soviética), Portugal não pode por si só assegurar a protecção das linhas de comunicação marítimas. Segundo alguns especialistas, são para isso necessárias quarenta fragatas do tipo das que Portugal planeia adquirir em número de três.

Mas para assegurar minimamente as missões que lhe competem ou para participar nas missões conjuntas da NATO, necessitam as Forças Armadas Portuguesas de se dotar de meios militares de que

não dispõem. O seu potencial militar é muito reduzido e o nível tecnológico dos equipamentos está de há muito ultrapassado.

A Marinha, fracamente equipada com meios antiquados, não dispõe de navios para participar condignamente na guerra anti-submarina, na protecção das linhas de comunicação marítimas, para manter aberto, em caso de minagem, ao menos um canal do porto de Lisboa, ou para patrulhar eficazmente a ZEE. Perante uma ameaça aérea, encontramos-nos cegos, desprovidos de um adequado sistema de radares (embora esteja prevista a sua instalação), e a nossa defesa anti-aérea data, praticamente toda, da Segunda Guerra. O Exército possui apenas uma brigada, que não se encontra ainda completamente equipada.

A situação actual representa uma vulnerabilidade tanto para a defesa nacional de Portugal como para a defesa da própria Aliança, e faz de Portugal um ponto fraco no conjunto da defesa ocidental. Não serão forças armadas estrangeiras que poderão, com eficácia e total apoio da população, cumprir as tarefas que competem às forças armadas portuguesas.

3. A modernização das Forças Armadas portuguesas

A modernização das Forças Armadas portuguesas deu os primeiros passos com a constituição da 1.ª Brigada Mista Independente e com o reforço da nossa capacidade aérea, através da aquisição de uma esquadra de vinte aviões A7, que inicia a modernização da defesa antiaérea. A 1.ª Brigada Mista Independente é uma reserva das forças aliadas no sul da Europa orientada para o Norte de Itália, testemunhando o nosso empenho na defesa da Europa. Convém aqui salientar a importância de todos os membros da Aliança terem forças na frente europeia, de todos terem «reféns» na Alemanha, independentemente de se definir como prioritário o reforço da defesa no espaço interterritorial português, no chamado triângulo estratégico.

A Marinha planeou adquirir três fragatas para a guerra anti-submarina com o apoio dos outros países membros da NATO. No entanto, os financiamentos necessários não foram ainda desbloqueados. E o contencioso no que diz respeito ao financiamento aliado destinado à modernização das Forças Armadas tem vindo a avolumar-se.

A crise económica internacional e as opções orçamentais, entre outros aspectos, têm impedido os países europeus de dotar-se dos meios para enfrentar sozinhos a ameaça que o poderio militar soviético representa para a sua segurança. O recurso ao apoio e às garantias norte-americanas tem sido e é, neste contexto, uma necessidade absoluta. País com graves carências sociais, Portugal não constitui evidentemente uma excepção. Se os mais prósperos países oci-

dentais não investem na defesa o necessário, ainda menos o fará um país com as graves carências económicas e sociais de Portugal. A impossibilidade de modernizar as Forças Armadas exclusivamente pelos seus próprios meios foi explicada pelo actual ministro da Defesa ao seu homólogo norte-americano, na altura da visita que fez aos EUA em 1981. Na verdade, o orçamento português para a defesa, em 1982, representa a verba mais baixa atribuída às Forças Armadas desde há vários anos: tem-se verdadeiramente a noção da premência da modernização das Forças Armadas portuguesas quando se considera que, envolvidas numa guerra em África durante os anos '60 e princípios de '70, o tipo de armamento com que se equiparam e que a nossa indústria militar produziu correspondia àquele tipo de guerra — uma «guerra de G-3»³, como alguém lhe chamou.

50 084 milhões de escudos, ou seja, 8,38 por cento do orçamento geral. Em 1977 tinha sido de 11,2 por cento e em 1980/81 de 9,2 por cento. Saliente-se ainda que mais de metade da dotação orçamental para a defesa é atribuída às despesas com pessoal (57 por cento). Trata-se de um orçamento de subsistência, que não permite financiar um programa de modernização.

Ao mesmo tempo, a ajuda externa não tem sido suficiente e mantém-se actualmente um contencioso entre Portugal e os seus aliados no que respeita aos financiamentos, como claramente expresso pelo Vice-Primeiro-Ministro e ministro da Defesa Nacional, no seu regresso de Bruxelas⁴. Aliás, no seguimento do que já tinha tornado claro em Bruxelas, para espanto de vários ministros de outros países, habituados à nossa falta de agressividade negocial, Freitas do Amaral declarou que, face ao não aumento ou mesmo redução do auxílio a Portugal por parte dos países aliados, poderíamos «vir a alterar as facilidades concedidas a esses países».

Lembremos que estão a decorrer as negociações para um novo acordo respeitante à utilização pelos EUA da base portuguesa das Lages (o anterior expirou em 1973 e foi prorrogado por dez anos), e que o consenso ainda não foi atingido no que diz respeito à compensação financeira.

4. Identidade nacional, recusa do isolacionismo e cooperação com a Espanha

Numa altura em que o problema da modernização das Forças Armadas portuguesas começa a ser posto na ordem do dia, é tornado público o pedido de adesão da Espanha à NATO. Tal pedido serviu de catalizador a uma larga reflexão e debate sobre o papel de Portugal na NATO.

³ Metralhadoras fabricadas em Portugal e utilizadas na guerra em África.

⁴ Declarações proferidas no dia 8 de Maio de 1982.

A globalização da península Ibérica é vista como facto grave no contexto das actuais relações interaliadas. Para além de diversos factores já salientados para recusar o comando unificado ibérico, os portugueses temem que sejam entregues à Espanha as missões NATO que as Forças Armadas Portuguesas não podem cumprir enquanto não estiverem devidamente equipadas. E que, consequentemente, não se sinta a necessidade de dotar as Forças Armadas portuguesas dos meios militares necessários.

Já em 1979, em estudo detalhado do problema, o general Firmino Miguel, embora salientando a unidade estratégica da península, e até defendendo então, de um ponto de vista meramente estratégico, um comando unificado, alertava para as fraquezas das nossas forças armadas, para as suas graves vulnerabilidades face à entrada da Espanha na NATO, e afirmava: «Na verdade, a falta de meios para o cumprimento das importantes funções estratégicas que as nossas posições geográficas nos determinam e os nossos compromissos internacionais nos impõem pode colocar-nos numa posição de dependência de imprevisíveis consequências.»⁵

A recusa do comando unificado ibérico

Partindo do pressuposto da unidade geoestratégica da Península Ibérica, preconizaram alguns a criação de um comando ibérico NATO, dependente do ACE. Mantendo-se o actual comando NATO existente na Península, o COMIBERLANT, que juntaria à Madeira e a grande parte da ZEE portuguesa nalgumas versões as Ilhas Canárias e noutras também os Açores, que hoje dependem do WESTLANT. Aquele comando manter-se-ia dependente do SACLANT. Não tem esta proposta em consideração as razões atrás expostas no que diz respeito aos receios portugueses de subalternização da sua posição na NATO, nem factores históricos e psicológicos que alguns dos seus defensores reconhecem não ter entrado em linha de conta, e outros recusam como menores e não reais. Infelizmente, a história recente tem provado quão influentes podem ser estes factores no comportamento das nações. A circunstância de Portugal e a Espanha serem aliados com interesses estratégicos globais comuns não elimina a existência de conflitos de interesses regionais ou sectoriais que, se devidamente ponderados, podem ser resolvidos.

Dois inconvenientes maiores vêm sendo apontados à tese do comando unificado. O primeiro decorre da dispersão do território português por uma parte continental e outra insular e da necessidade de manter todas as suas parcelas num mesmo comando NATO, necessariamente o SACLANT, pois os arquipélagos, especialmente os

⁵ Mário Firmino Miguel, «Portugal, a Espanha e a NATO», Separata da *Revista Militar*, 1979, p. 117.

Açores, nunca daí seriam retirados. E mesmo que se alargasse o SACLANT ao conjunto da Península, ficando todo o território português sob o mesmo comando NATO, manter-se-ia a razão de fundo atrás evocada da subalternização de Portugal em relação à Espanha.

É reconhecido que a Espanha tem uma vocação principalmente euro-afro-mediterrânica, enquanto Portugal tem uma vocação quase exclusivamente atlântica. Mas não pode evidentemente negar-se à Espanha uma dimensão atlântica, reforçada pela necessidade de garantir ligações com o arquipélago das Canárias ⁶.

Estratégia orientada para uma ameaça global

Perante a estratégia global da União Soviética, as posições de isolacionismo ou neutralidade deixaram de ser possíveis. Não só o desenvolvimento de conflitos em regiões próximas (Norte de África) pode trazer a instabilidade para perto das nossas fronteiras, como, em caso de conflito generalizado, Portugal, tal como toda a Europa Ocidental, é alvo da União Soviética. Neste sentido, manifestar-se-á com força crescente a tendência para alargar a complementaridade da nossa defesa não só à Espanha mas também a Marrocos.

Portugal optou claramente por uma sociedade democrática e definiu, nos anos de 1974 e 1975, a potência agressora contra a qual deverá preparar e orientar a sua defesa. Tal definição é oposta a uma estratégia «todos os azimutes». Partindo deste princípio, um sistema de radares a instalar em Portugal deverá virar-se para o mar, donde pode vir a ameaça, e nunca para a vizinha Espanha, nossa aliada, com quem certamente colaboraremos em matéria de defesa aérea. A política «todos os azimutes» é a forma que o neutralismo hoje reveste em Portugal. Em França, os seus defensores definiam como inimigo a Alemanha e a URSS; em Portugal, definem como inimigo a URSS, a Espanha, os EUA e o «Norte de África».

É pelo fortalecimento da nossa capacidade de participar no esforço comum de defesa ocidental contra as ameaças reais que a nossa afirmação nacional será mais forte. O perigo de sermos atacados militarmente pelos nossos aliados pertence ao domínio da imaginação, mas é bem real o problema de não ser significativo o nosso contributo militar para esse esforço comum.

A colaboração é fundamental entre os aliados

No que diz respeito à questão nuclear, a decisão do parlamento que não permite a instalação de armas nucleares em território

⁶ Na definição destas posições, ver estudos do Comandante Virgílio de Carvalho, publicados na revista *Nação e Defesa*.

espanhol é um factor negativo no contributo da Espanha para o esforço de defesa do Ocidente. Pode servir como argumento aos movimentos pacifistas e neutralistas e, mais grave, acrescenta uma fissura à capacidade de dissuasão nuclear do Ocidente, já abalada pelas dificuldades na modernização das armas nucleares de teatro e pelo desequilíbrio que criou no teatro europeu a instalação dos mísseis soviéticos SS-20. Não foi certamente por acaso que o Partido Comunista tentou, em vão, aprovar proposta semelhante no parlamento português.

Cooperação com a Espanha

Os dois Estados ibéricos, que há séculos vivem de costas voltadas, caminham ambos para a integração europeia e para se encontrarem na mesma aliança militar. Esta é uma ocasião única para o desenvolvimento da cooperação entre Portugal e a Espanha, no respeito da identidade nacional de cada um destes Estados.

A reacção em Portugal ao pedido de entrada da Espanha na NATO foi marcada pela preocupação de impedir a subalternização da posição portuguesa. Mas foi também marcada por um claro apoio político dos sectores democráticos. Só o PCP, que neste domínio, como em todos os outros, segue fielmente a estratégia definida pelo PCUS, se opõe à adesão da Espanha à NATO. A abstenção do Partido Socialista na votação parlamentar da ratificação do protocolo de adesão tem a ver, como foi dito pelo deputado Jaime Gama, com aquilo que considerou ser a incapacidade «da diplomacia portuguesa para definir e defender o interesse estratégico e militar de Portugal, para negociar a sua defesa coerente no plano das relações internacionais e, inclusivamente, para defender, numa óptica dos interesses da Aliança, um ponto de vista estruturado acerca da segurança nesta zona particularmente sensível do flanco sul». Não teve a ver com uma atitude negativa do PS em relação à adesão, pois este partido «não se opunha nem se opõe à entrada da Espanha na NATO»⁷.

Mas para além destas considerações há outras que são eivadas de ressentimentos históricos, da influência de anos de propaganda chauvinista, do «orgulhosamente sós» de triste memória, que nos afastou de uma participação activa na NATO, ou do tradicional espírito isolacionista. Razões que se prendem com o nosso espírito de ilhéus, com um certo medo a tudo o que represente inter-relacionamento com outros Estados, e muito particularmente, por razões históricas óbvias, com Castela. Portugal afirmou-se como nação face a uma Castela centralista e hegemónica que dominou as outras

⁷ Intervenção de Jaime Gama no debate sobre a ratificação do Protocolo Adicional de adesão da Espanha à NATO, Abril de 1982.

nações da Península Ibérica. A afirmação da nossa independência nacional foi acompanhada pela projecção em direcção ao Atlântico, dimensão que ainda hoje é parte integrante da nossa razão de ser como nação. Neste contexto se inclui a nossa aliança com a potência marítima dominante, primeiro a Inglaterra, hoje os Estados Unidos no quadro da NATO.

Paralelamente, desenvolveu-se, para usar a expressão do Prof. António José Saraiva, o «complexo de ilhéu». Ilhéu que é «um exilado ou da sua terra ou do seu mundo. Deforma subjectivamente a realidade, faltam-lhe as ocasiões para se medir com vizinhos, isto é com realidades diferentes das suas»⁸.

O sentimento anticastelhano tem a partir do século XIV fortes raízes em Portugal, e alimenta-se no século XVII na luta contra a ocupação castelhana e na Restauração. Tal identidade nacional afirma-se numa série de caracteres que distinguem os portugueses das nações ibéricas e do Estado espanhol, como a língua e os costumes. (Portugal foi o primeiro país a abolir a pena de morte, em 1867).

O nacionalismo português não deve ser confundido com o chauvinismo anticastelhano que difundia a propaganda salazarista para consumo interno, apesar do Pacto Ibérico e da estreita colaboração entre os dois ditadores, nomeadamente durante a guerra civil espanhola. A história dos dois Estados ibéricos desenvolve-se com grande paralelismo. Ambos construíram dois grandes impérios com base nas descobertas marítimas, enfrentaram as invasões napoleónicas, foram subjugados por regimes ditatoriais no século XX, e agora paralelamente constroem a democracia e rompem o isolamento que lhes impediu o acesso à Europa industrializada. António José Saraiva chama-lhes dois gémeos saídos do mesmo ovo mas sempre de costas voltadas.

A cooperação entre os dois Estados ibéricos é uma necessidade política, nomeadamente decorrente da vontade de ambos em integrar-se no espaço europeu. E a «estratégia do isolamento» é hoje já rejeitada pela maioria dos políticos e estrategas portugueses, como o faz o Coronel Abel Cabral Couto, ao recusar em termos de estratégia estrutural «a manutenção ou mesmo reforço de um certo isolacionismo em relação à Espanha e que tem sido uma constante da estratégia nacional (dificuldade das comunicações entre Portugal e a Espanha, desumanização das áreas fronteiriças, etc., etc.)»⁹. Lembremos que tem sempre havido quem recuse a construção de vias no sentido Lisboa-Madrid. Não será com conservadorismos deste tipo que Portugal se assumirá como nação euro-atlântica moderna.

⁸ António José Saraiva, *A Cultura em Portugal*, Livro I, Bertrand, 1981, p. 86.

⁹ Coronel Abel Cabral Couto, «Um Contributo para a Definição duma Estratégia Estrutural Portuguesa», in *Revista Militar*, n.º 1-2, Janeiro de 1981, p. 55.

Só uma estratégia de desenvolvimento poderá também superar o pessimismo nacional, que se tem vindo a manifestar em certos meios intelectuais e que tem consequências extremamente graves para a defesa nacional. O fortalecimento da nossa dimensão atlântica, nomeadamente pelo reforço entre as três componentes do todo nacional, continente, Açores e Madeira, acompanhado por uma política de desenvolvimento e de um são reafirmar do nosso patriotismo, são as condições básicas da nossa independência, que nenhum estreitar da cooperação com a Espanha, ou com qualquer outro Estado, poderá pôr em causa.

A cooperação entre os dois Estados ibéricos tem de se fazer através da resolução judiciosa dos conflitos de interesses que vão surgindo e já surgiram (comandos NATO, pescas, centrais nucleares na fronteira, trocas comerciais, estatuto consular, etc.), conflitos que também surgem e surgirão com outros Estados nossos aliados e não são uma especialidade das relações entre Portugal e a Espanha, embora neste caso tenham uma carga e um significado particulares.

5. A política do filho pródigo

Os Estados Unidos estão directamente envolvidos neste jogo peninsular, como estão também os ingleses, os velhos aliados de Portugal, e como estarão os nossos futuros parceiros do Mercado Comum. Mas de todos os Estados envolvidos, os EUA serão sem dúvida alguma os que podem ter maior influência, negativa ou positiva, no evoluir da situação. Não só porque a aliança com os Estados Unidos é uma componente fundamental da nossa segurança, não só porque Portugal se encontra numa posição de charneira nas relações transatlânticas, como porque as desconfianças em relação às implicações da entrada da Espanha na NATO vêm antes de tudo de que os EUA, com uma concepção apenas global, não dando o devido apreço às «realidades concretas» que são as percepções portuguesas, não as tomem em devida consideração. Existe também em Portugal o sentimento de que os EUA põem muitas vezes em prática uma política de apoio ao filho pródigo, que secundariza os bons e fiéis aliados para ir em socorro daqueles que criam maiores problemas.

A não modernização das Forças Armadas portuguesas pode criar entre os responsáveis políticos e militares um sentimento de desapontamento que prejudique o claro apoio político que Portugal dá hoje à Aliança, circunstância que não deixaria de ser aproveitada pelas forças opostas ao empenhamento democrático de Portugal. Por outro lado, criaria na opinião pública um sentimento de insegurança que é o terreno ideal para o despontar de pacifismo e do neutralismo. A percepção crescente em alguns sectores da Aliança Atlântica deste problema, inclusive nos EUA, é um bom presságio para a sua resolução no melhor sentido.